

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 596.950 - SP (2014/0255418-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : MAURÍCIO LORENZETTI MENIN
ADVOGADO : FABÍOLA DUARTE DA COSTA AZNAR E OUTRO(S) - SP184673
AGRAVADO : SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA
ADVOGADOS : FERNANDA ROSELI ZUCARE - SP187520
GUSTAVO LÍVERO E OUTRO(S) - SP186555
AGRAVADO : JIMIM PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO MAIA E OUTRO(S) - SP067217

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial por falta de violação do art. 535 do CPC/1973 e incidência da Súmula n. 7 do STJ.

O Tribunal de origem negou provimento ao apelo do agravante, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 379):

Embargos à arrematação. Nulidades processuais inexistentes. Executado intimado da praça. Bem avaliado regularmente, arrematado por percentual de 60% do montante, inexistente preço vil. Ilegitimidade do executado para arguir vícios do edital de praxeamento, aspecto restrito ao arrematante. Apelo protelatório. Preliminares rejeitadas, apelo improvido.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 391/395).

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF, o agravante apontou violação do art. 535 do CPC/1973, aduzindo as seguintes omissões (e-STJ fls.

a) Não apreciação dos pleitos contidos no item 3. da apelação, ligados à nulidade da execução, haja vista:

A ausência de manifestação sobre as exegeses normativas oriundas do §1º do artigo 53 da Lei 8.212/91, letra C do artigo 30 do Decreto-Lei 167/67 e item 102.8 do Provimento 17/99 da Corregedoria Geral da Justiça, indicativas de que a execução é nula porque se está diante de indisponibilidade do imóvel praxeado em decorrência da existência de gravames em favor, da Fazenda Nacional e de Cédulas de Créditos Rurais . Pignoratórias e Hipotecárias (subitem 3.1.);

O defeito na penhora que aponta área superior (123,42 hectares) à correta (115,70 hectares) ensejar a no inciso (subitem 3.2.), a violação do regramento inserto I do artigo 686 do Código de Processo Civil; e,

O erro no conteúdo da penhora (subitem 3.3.), haja vista a ausência de intimação de uma das co-proprietárias do imóvel, qual seja, a Sra. Renata Pereira da Silva, a decorrer malferimento das regras constantes dos artigos 239, 247, 698 e inciso II do artigo 745, todos do Código de Processo Civil.

b) Não apreciação dos pontos levantados no item 4. da apelação, alusivos aos vícios da carta precatória, espelhados nas ausências de cópias do título executivo (subitem 4.1.) e

das peças indispensáveis a sua formação (subitem 4.2.), desfraldando o afrontamento do inciso I do artigo 566, dos incisos I e II do artigo 614, do artigo 616 e do inciso I do artigo 618, todos do Código de Processo Civil;

c) Não apreciação dos pleitos contidos no item 5. do apelo, ligados à nulidade da praça, conforme segue:

Não consideração dos fatos novos e supervenientes à avaliação (ocorrida em setembro de 2008), representados pela supervalorização imobiliária dos imóveis em todo o país a partir de 2010 e da duplicação da Rodovia Marechal Rondon que margeia o imóvel (subitem 5.1.), disso resultando evidente violação do vazo traçado pelo artigo 620 e pelo inciso II do artigo 683, ambos do Código de Processo Civil;

Desatendimento da determinação judicial de apresentação de atualização do valor da avaliação do imóvel praceado (subitem 5.2.); e,

Falta das intimações pessoais dos demais executados (subitem 5.3.), dos credores com garantia real (subitem 5.4.) e do possuidor direito do imóvel (subitem 5.5.), afrontando, desta feita, o inciso II do artigo 615, o §50 do artigo 687 e o artigo 698, todos do Código de Processo Civil.

d) Não apreciação dos pontos descritos no item 6. do recuso, ligados aos vícios do edital, quais sejam:

Descrição de área maior no edital do imóvel praceado (123,42 hectares), do que aquela que deveria constar (117,71 hectares) (subitem 6.1.), a decorrer afrontamento do inciso I do artigo 686 do Código de Processo Civil;

Não apresentação de matrículas atualizadas para a verificação da situação, das divisas e dos registros (subitem 6.2.), na forma da regra contida no inciso I do artigo 686 do Código de Processo Civil; e, Não menção à existência de outras demandas, penhoras e locação/arrendamento do imóvel praceado (subitem 6.3.), a ensejar o malferimento da regra contida no inciso V do artigo 686 do Código de Processo Civil.

Aduziu afronta aos arts. 53, § 1º, da Lei n. 8.212/1991, 30, "c", do DL n. 167/1967 e ao Provimento nº 17/1999 da Corregedoria Geral de Justiça do TJSP, sustentando a indisponibilidade do imóvel praceado em virtude de gravames em benefício da Fazenda Pública e decorrentes de cédula rural pignoratícia e hipotecária.

Alegou ofensa ao art. 686, I, do CPC/1973, diante de suposto excedente de área penhorada.

Deduziu violação dos arts. 239, 247, 698 e 745, II, do CPC/1973, sustentando a ausência de intimação de uma das co-proprietárias do imóvel penhora, que não seria parte na execução.

Afirmou a existência de vícios na carta precatória, lastreado no art. 566, I, 614, I e II, e 618, do CPC/1973.

Argumentou que a execução não teria observado o disposto nos arts. 620 e 683, II, do CPC/1973, diante da imposição do meio mais gravoso ao executado.

Destacou afronta aos arts. 615, II, e 687, § 5º e 698 do CPC/1973, sustentando a inexistência de poderes aos advogados para receber intimação em nome das partes.

Suscitou a existência de vícios no edital de arrematação, com fundamento no art. 686, I, do CPC/1973.

Por fim, aduziu não terem sido considerados os ônus anteriores existentes sobre o imóvel, tendo por embasamento o disposto no art. 686, V, do CPC/1973.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 428/432 e 435/443).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Com relação à afronta ao art. 535 do CPC/1973, importa esclarecer que os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ao tratar das questões relativas à indisponibilidade do bem submetido à praça e à existência de vícios no edital, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ fls. 380/381):

2. No que pertine ser apreciado no Juízo deprecado, conforme bem delimitado a fl. 261vº (e, por isso, bem afastados os itens indicados naquela ocasião), tem-se que o apelante foi intimado pessoalmente das praças (fl. 101 dos autos principais, aqui fl. 111, documento não infirmado especificamente pelo apelante) e, sobre os vícios alegados do edital, somente o arrematante poderia levantá-los; confira-se o argumento da r. sentença, a fl. 261vº1262, a abranger também a questão atinente à falta de intimação do credor hipotecário:

(...)

Quanto à alegada indisponibilidade do bem, existência de outras penhoras sobre o imóvel não gera necessariamente essa consequência, nem está o executado legitimado a defender interesses de terceiros.

O bem não foi arrematado por preço vil, outrossim; mas pelo valor de R\$ 900.156,06, que correspondia à época a 60% do valor atualizado do imóvel praceado. Ademais, a fl. 146 dos autos relativos à apelação nº 0046064-06.2010.8.26.0071 foi certificado por ato notarial, portanto com fé pública, o estado de abandono do imóvel a robustecer a ausência de preço vil na arrematação regularmente levada a efeito.

Em suma, levantam-se inúmeras questões processuais, como é tão frequente e repetitivo em embargos à arrematação, mas nada se fala quanto ao adimplemento do débito nem mesmo se nega o montante em execução; busca-se apenas protelar indefinidamente o processo, retirando-lhe a efetividade e a finalidade da execução, indicada no artigo 612 do CPC: "Ressalvado o caso de insolvência do devedor, em que tem lugar o concurso universal (art. 751, III), realiza-se a execução no interesse do credor, que adquire, pela penhora, o direito de preferência sobre os bens penhorados.

Embora o TJSP tenha afirmado a ilegitimidade do agravante para aduzir suposto vício da precatória e do edital de praça, bem como a disponibilidade do bem a despeito da existência de ônus reais anteriores, não foram trazidos fundamentos legais a sustentar a argumentação.

Além disso, a Corte de origem não se pronunciou sobre as demais questões

Superior Tribunal de Justiça

apresentadas pelo agravante, tanto na apelação quanto nos embargos declaratórios.

Dessa forma, a Justiça local não decidiu adequadamente a matéria controvertida, devendo pronunciar-se sobre as teses apresentadas pelo executado.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PROVIMENTO ao recurso especial, para reconhecer as omissões apontadas pelo recorrente, determinando a remessa dos autos ao TJSP para que se pronuncie sobre os vícios constatados. Ficam prejudicadas as demais questões apresentadas pelo agravante.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator